

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARTICIPANTE À PRÁTICA DA RESTITUIÇÃO

(REFLECTIONS ON THE CONTRIBUTIONS OF PARTICIPANT RESEARCH TO THE PRACTICE OF RESTITUTION)

SANDRA HAYDÉE PETIT

RESUMO

A partir de dificuldades percebidas nos processos de restituição experimentados numa pesquisa fundamentada em Análise Institucional, fui levada a interessar-me pela Pesquisa Participante, enquanto corrente que se preocupa não somente pelos resultados da pesquisa e sim também pela sua socialização. Graças às contribuições desta corrente e da Análise Institucional, formulo algumas perguntas que penso poderem ajudar o pesquisador a questionar as múltiplas relações que interferem na pesquisa, tornando sua restituição mais ou menos participativa.

Palavras-chave: Pesquisa Participante - Restituição - Análise Institucional - Relação pesquisador intelectual/grupo popular

ABSTRACT

After experimenting difficulties in trying to retribute a research based on Institutional Analysis, I am brought to interest myself for Participant Research, considering that this current does not only care about results obtained within research but worries also about its socialization. Thanks to contributions of the currents of Participant Research and Institutional Analysis, I formulate some questions aimed at helping the researcher to reflect upon the multiple relations

that interfere in his investigation and that can turn its restitution more or less participant.

Enquanto pesquisadora universitária preocupada com as condições e conseqüências dos meus atos de investigação, tenho refletido muito, nesses três últimos anos acerca das possibilidades e dos limites da restituição na investigação. Durante esse período, eu coordenei um grupo de pesquisa universitário¹, sobre escolas comunitárias. No processo da referida pesquisa, procuramos restituir, isto é, socializar, por várias ocasiões, os nossos procedimentos e achados parciais, na maioria das vezes, com dificuldades, pois além das nossas próprias resistências, tivemos que enfrentar a contradição básica da nossa pesquisa, a saber, o fato de não ter sido fruto de uma construção coletiva com os pesquisados e nem mesmo com as estudantes-pesquisadoras do grupo, visto as mesmas não terem tido participação na elaboração do projeto inicial.

Uma vez que os autores da corrente de Pesquisa Participante têm manifestado preocupações semelhantes, pretendo aqui discutir a restituição como é vista nessa corrente, a partir de algumas das inquietações que surgiram na referida pesquisa em grupo realizada nas escolas comunitárias. Querendo contribuir com um instrumento metodológico que permita auxiliar nas reflexões, formulo, também, com base na minha experiência de pesquisa e na abordagem da Análise Institucional², algumas perguntas que me parecem pode-

¹ Além de mim, o grupo constava de quatro estudantes de graduação da UECE (Pedagogia e Serviço Social) tendo no início, também a participação de uma Mestranda em Educação da UFC

² Fundada por René Lourau e Georges Lapassade nos anos 60 na França, a AI nasceu pela influência principalmente dos seguintes referenciais teórico-metodológicos:

-As escolas inspiradas nas psicoterapias de Rogers e dinâmicas de grupo de Kurt Lewin, bem como na pesquisa-ação e tendências da psicossociologia; a psicanálise de Freud e seus seguidores modernos; o pensamento marxiano de Henri Lefèbvre; tendências políticas anarquistas, notadamente aquelas manifestas nas experiências históricas concretas postas em prática de seu ideário de autogestão e democracia direta (como por exemplo nas áreas geridas pelos anarquistas na Espanha republicana de 1933-36).

A essas matrizes, acrescentam-se as contribuições da psicoterapia institucional e das experiências de autogestão pedagógica nos anos 60 que geraram a pedagogia institucional.

Mais do que uma teoria científica convencional, trata-se de um movimento de atuação e pensamento multirreferencial que se utiliza de uma série de conceitos já existentes, mas reelaborados na perspectiva de um novo campo de coerência, apoiado essencialmente na categoria de contradição. A AI pretende fazer uma leitura crítica das práticas sociais e das relações dos indivíduos e grupos com as instituições, sendo que estas não são necessariamente localizáveis nem diretamente visíveis. Na sua atuação, a AI busca propiciar processos autogestivos e auto-analíticos em todos os âmbitos de intervenção e/ou pesquisa.

riam ajudar o pesquisador universitário a refletir acerca dos condicionantes da restituição, não para desistir da mesma, mas, ao contrário, apropriar-se do valor heurístico desses fatores, geralmente silenciados pelos estudos acadêmicos.

QUESTIONAMENTOS E DIFICULDADES SURTIDOS NA ÚLTIMA PESQUISA

Embora já tenha tratado deste assunto em artigos anteriores³, faz-se necessário explicitar primeiro algumas das contradições e dificuldades percebidas no decorrer da minha última investigação, a fim de tornar claro o que me faz recorrer às idéias da Pesquisa Participante.

Uma das principais dificuldades que enfrentei naquela pesquisa, foi a de motivar estudantes universitárias que não tinham participado da elaboração do meu projeto de pesquisa, a efetivá-la dentro dos pressupostos - explícitos ou implícitos - do mesmo: a Análise Institucional como fundamentação teórica da nossa abordagem e prática de pesquisa; a construção de um trabalho coletivo na direção da autogestão; a tentativa de estabelecer relações em pé de igualdade com os pesquisados; a restituição como processo contínuo de retorno dos nossos procedimentos e achados com os pesquisados.

A adoção da AI (Análise Institucional) era necessariamente difícil pois eu era a única considerada conhecedora dessa linha teórica e obviamente, a única convencida pela mesma. Tinha ainda o desafio de ensinar uma linha teórica à medida em que fôssemos implementá-la concretamente no nosso que-fazer investigativo, pois não faria sentido para a AI uma separação entre teoria e prática. Porém, não seria isso uma imposição de valores e, nesse caso, uma contradição para a AI, enquanto referencial que defende um projeto político embasado na noção de autogestão?

Por outro lado, a tentativa de estabelecer relações em pé de igualdade com os pesquisados, embora cada vez mais defendida na academia, ainda tende a constituir um desafio. Enquanto pesquisadores universitários, somos legitimados como “especialistas” e na maioria das vezes, revestimos esse papel. Também somos vistos como tais pelos nossos interlocutores na pesquisa, o que estabelece de imediato uma distância

entre nós, perante a qual uma simples intenção de diálogo – no sentido de Paulo Freire - nem sempre será o suficiente. Muitas foram as dificuldades que encontramos no nosso grupo pesquisador para estabelecer tal diálogo, pois, além de nossas próprias resistências em abrímos, deparamos com desconfiança por parte dos pesquisados: numa das escolas, por exemplo, fomos identificadas como agentes não declarados da ONG que me ajudou a negociar e introduzir o grupo pesquisador.

Quanto à restituição, as dificuldades também foram constantes, a começar pelo que ela significa. A restituição na AI ultrapassa a simples informação, ou até mesmo a devolução dos escritos produzidos relativos aos pesquisados:

não é um ato caridoso, gentil: é uma atividade intrínseca à pesquisa, um feedback tão importante quanto os dados contidos em artigos de revistas e livros científicos ou especializados. Ela nos faz considerar a pesquisa para além dos limites de sua redação final; ou melhor de sua transformação em mercadoria cultural para servir unicamente ao pesquisador e à academia. (...) Se a população estudada recebe essa restituição, pode se apropriar de uma parte do status do pesquisador, se tornar uma espécie de “pesquisador-coletivo”, sem a necessidade de diplomas ou anos de estudos superiores (...). Isso seria efetivamente, a socialização da pesquisa. (...) A restituição também não significa confissão privada ou pública, como em seitas religiosas, mas consiste em se centrar numa tarefa - a de análise coletiva da situação presente, no presente - em função das diversas implicações de cada um com e na situação (1993: 56 e 64).

No decorrer da pesquisa fizemos várias reuniões com o pessoal das escolas estudadas. Numa⁴ delas, as restituições se deram mediante encontros dedicados a socializar o estado da pesquisa em andamento e a explicitar a nossa abordagem de pesquisa, procurando-se redefinir o lugar e papel do grupo pesquisador e analisar os nossos relacionamentos. Embora importantes para reavaliarmos o nosso trabalho investigativo, sentíamos-nos amiúde decepcionadas. Não nos parecia

³ Vide “Educação popular, análise institucional e pesquisa em grupo: efeitos formadores de uma tentativa de articulação na prática vivenciada”, trabalho apresentado no XIII EPEN de 1997 em Natal

Também: La constitution d’un groupe de recherche dans une université au NE du Brésil: quelques implications, in: *Revue Pratiques de Formation-Analyses*, n. 34, dezembro de 1997, p. 135-143

⁴ O grupo estava dividido em dois subgrupos, cada um inserido em sua respectiva escola, sendo que eu estava inserida nas duas

que a pesquisa despertasse interesse. Tampouco tínhamos clareza de como éramos percebidas, pois ninguém formulava críticas à nossa intervenção, mas sabíamos mediante informações informais, que não éramos tão bem-vindas. Em conseqüência, sentíamos-nos pouco à vontade. Apesar disso, e da escola hoje não mais funcionar, conseguimos nos reunir novamente para discussão dos achados da pesquisa. Dessa vez, tivemos maior aproximação, sendo a nossa discussão mais franca, inclusive no que se refere aos nossos relacionamentos.

Na outra escola, as restituições foram precedidas de tentativas de discutirmos alguns temas escolhidos de mútuo interesse para nós e as pesquisadas: a relação existente entre nossa formação e nossa forma de ensinar ou estudar atualmente, no que diz respeito a imagens da escola, relação professor-aluno, relação escola-família, conteúdos e formas de avaliação; a construção coletiva da escola. Também estudamos juntas o livro de Léa Tiriba, *Buscando caminhos para a pré-escola popular*⁵, relato de experiência sobre uma escola comunitária que nos permitiu refletir acerca dos propósitos e dificuldades do projeto comunitário da escola. Tentávamos dessa forma, tornar a pesquisa de interesse mútuo, a despeito da declarada resistência de várias professoras para conosco.

Durante alguns meses, parecíamos estar caminhando na direção da construção coletiva de algo que poderia vir a refletir demandas dos pesquisados no projeto de pesquisa. No entanto, deparamos com vários entraves, principalmente: mudança do quadro de docentes; dificuldade e desmotivação pelo grupo pesquisador de continuar indo às escolas pela sobrecarga de outros trabalhos, descontinuidade de nossos encontros, cada vez mais difíceis de articular em função de conflitos internos à escola e das incidências negativas da relação com a Prefeitura que não mais efetuava os repasses de salário⁶, reforçando o desgaste e a desmotivação dos docentes. Assim, as nossas últimas tentativas de restituição atingiram apenas 5 pessoas de um quadro de 12 docentes e coordenadoras contempladas pela pesquisa. Em que pese o relativo insucesso quantitativo, os nossos últimos encontros também foram mais francos, permitindo aprofundamentos do tema da pesquisa e estreitamento de nossos laços, ao ponto

de levar à produção de artigos por parte de algumas das pesquisadas que passam assim a integrar o grupo pesquisador.

Tais tentativas – mais ou menos frustradas – de coletivizar uma pesquisa decorrente da minha trajetória e fruto sobretudo de meus próprios interesses, levaram-me a querer buscar apoios teórico-metodológicos na corrente de autores que discutem a Pesquisa Participante como forma alternativa de pesquisa e que tratam da restituição. Percebi então, que existem várias formas de considerar esta prática, segundo a visão que se tenha do pesquisador intelectual e/ou agente externo. Mas, antes de explicitar tais pontos de vista, parece-me necessário apresentar brevemente o surgimento e os princípios básicos da PP (Pesquisa Participante), deixando já entrever como eu me situo com relação a seus pressupostos.

SURGIMENTO E PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA PP

A PP surgiu na América Latina nos anos 60 – embora ainda não fosse denominada PP – especialmente em países onde governos de esquerda, influenciados pelas idéias de Paulo Freire, procuravam envolver as populações camponesas nos processos de mudança em curso. Segundo Marcela GAJARDO⁷, tratava-se de

experiências que, sustentadas pela concepção conscientizadora de educação, desenvolveram-se em fins da década de sessenta, no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países da região. Chile e Peru são, talvez, os casos mais significativos... (BRANDÃO, 1984: 17)

Tais experiências, ocorridas particularmente no quadro de reforma agrária, visavam uma estratégia de participação dos camponeses no desenvolvimento. Considerava-se que:

somente aqueles setores dotados de consciência de seus interesses, prática de organização, e reivindicações poderiam ter

⁵TIRIBA, Léa. *Buscando caminhos para a pré-escola popular*. São Paulo: Ática, 1992

⁶ As escolas pesquisadas eram conveniadas com a PMF (Prefeitura Municipal de Fortaleza) e recebiam da mesma, repasses de verba para cobrir as despesas com os salários dos professores. A nossa pesquisa de campo coincidiu com o último ano do convênio quando a PMF atrasou 4 meses nos repasses.

⁷ Baseio-me neste artigo, nos livros *Pesquisa participante e Repensando a pesquisa participante* organizados por Carlos Brandão, referindo-me aqui ao texto de Marcela Gajardo do segundo livro mencionado, intitulado: “Pesquisa participante: propostas e projetos” (p. 15-49)

uma presença ativa e de real significação social e política. (...) Em tal contexto, desenvolviam-se também idéias a respeito da necessidade de delinear estratégias que permitissem superar as dicotomias sujeito-objeto, teoria-prática, presentes nos processos de pesquisa educacional, possibilitando uma produção coletiva de conhecimentos em torno de vivências, interesses e necessidades dos grupos situados histórica e socialmente. (BRANDÃO, 1984:18)

A metodologia empregada nessas experiências supunha a ação de pesquisadores, chamados de agentes externos. Tais agentes eram geralmente intelectuais, os quais, comumente portadores dos ideários de Gramsci e de seu conceito de intelectual orgânico, diziam-se comprometidos com os valores e interesses das classes populares. Esses intelectuais acreditavam na possibilidade do ato de pesquisa ser ao mesmo tempo educativo e conscientizador. Seria educativo pela produção coletiva de conhecimento em que se encontrariam saber erudito e saber popular. Seria conscientizador por envolver o levantamento de temáticas - as chamadas situações existenciais - do universo dos camponeses visados, que permitissem uma reflexão política dos condicionantes macroestruturais mantenedores da exploração e divisão de classes capitalistas.

Ainda segundo GAJARDO, o caráter educativo – conscientizador da PP não residia apenas no conteúdo e no aproveitamento dos temas geradores para efeitos de discussão política e sim também, no intuito de levar a uma ação concreta de transformação da realidade apreendida:

Assim, através de um trabalho progressivo de análise e síntese, apontar-se-ia para uma compreensão cada vez mais global dos problemas, possibilitando a programação de atividades pedagógicas adequadas aos níveis de consciência alcançados pelo grupo e às exigências de sua própria prática social e produtiva. (idem: 19)

A ação resultante desse processo que pretende elevar o nível de consciência dos setores populares permitiria:

melhorar seu nível de informação e capacidade de movimento (ibid: 22).

Concomitantemente a esta tendência educativa – conscientizadora da PP, temos nos anos 60, sob impulso das grandes organizações internacionais, inspiradas em teorias psicossociais funcionalistas, ações que visam incentivar o desenvolvimento comunitário. Segundo a ideologia do DC (Desenvolvimento Comunitário), as populações pobres devem mudar as atitudes e valores que, segundo as organizações, entravam o desenvolvimento econômico e social. Impera a idéia de que as populações-alvo precisam adotar as novas técnicas e adaptar-se às mudanças trazidas pelo progresso. A cultura das classes populares, notadamente dos camponeses, considerada “tradicional” tende assim a ser apontada como responsável pelo atraso econômico. Nesta perspectiva, a participação dos pretensos beneficiários do DC pode limitar-se à coleta de informações úteis aos agentes comunitários da organização mundial, ou, na melhor das hipóteses, à elaboração, sob supervisão dos agentes e dentro de seus pressupostos, de planos de ação a serem executados pelos referidos beneficiários. Tal participação utilitária, visa claramente a execução mais eficiente dos planos, sem porém, significar, em nenhum dos casos, a partilha do poder de decisão, uma vez que tanto o ponto de partida como a última palavra dependem da organização mundial.

As ações de investigação temática e de um modo geral, as atividades de educação popular, têm-se contraposto a esta visão de participação enquanto mecanismo de eficiência e adaptação ao *status quo*, enfatizando o processo de politização e crítica ao sistema vigente. Hoje, percebe-se ainda essa tendência, muitas vezes mesclando-se com o discurso “conscientizador” da ala progressista.

Nos anos 70, o conceito de investigação-ação, nascida nos anos 40 de tendências da psicossociologia aplicada ao âmbito empresarial e governamental, vai assumir novas conotações. Segundo GAJARDO:

... por trás desse conceito, jaz uma forte crítica à unidade de método prevalente nas ciências sociais, à preeminência de uma visão parcelada e unidimensional da realidade social, à separação radical entre ciência e política, à desvinculação total entre teoria e prática nos procedimentos científicos e à manipulação da informação para evitar a participação coletiva nos processos de gestão social e econômica, por parte das camadas de destituídos das sociedades latino-americanas.

Como contrapartida do antecedente, surge o conceito de investigação-ação que se ergue, no campo da sociologia, como reação aos paradigmas predominantes nas ciências sociais, propondo caminhos alternativos de ação. (Ibid: 23)

Nesta concepção, a PP surge como tipo de investigação não somente temática, podendo auxiliar o ato educativo e uma futura ação, e sim enquanto ato de pesquisa diretamente voltado para a obtenção de mobilizações em torno de uma ação que leve à transformação da realidade dos pesquisados, dentro de seus interesses de classe. A crítica à pesquisa de cunho positivista passa pela tentativa de tornar o ato de conscientização mais do que um exercício de reflexão, uma prática concreta de transformação. A pesquisa pretende ser um espaço de participação e ação política onde o intelectual orgânico, comprometido com os interesses do movimento popular se coloca a serviço da causa popular. Não recebendo apoio dos governos latino-americanos - muitos dos quais eram regimes militares na década de 70 - a PP passa a ter como principais interlocutores, além dos movimentos camponeses, movimentos sociais urbanos, cooperativas, sindicatos, entidades não governamentais e da Igreja.

Hoje, existem várias tendências na pesquisa participante mas, segundo GAJARDO, isso não impede reconhecer, no entanto, alguns traços comuns às diversas alternativas (...). Entre eles, cabe assinalar os seguintes:

- 1) *explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade;*
- 2) *integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo;*
- 3) *incorporação dos setores populares como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função de uma realidade concreta e compartilhada, cabendo aos grupos decidir a programação do estudo e as formas de encará-la;*
- 4) *sustentação das atividades de investigação e ação educativa sobre uma base (ou grupo) organizada de sorte que esta atividade não cul-*

mine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressadas em uma perspectiva de mudança social". (Ibid: 16-17)

Metodologicamente, embora não exista um modelo único de PP, segundo Guy LE BOTERF, a mesma tende a apresentar quatro fases, a saber,

- *antes da própria pesquisa, "a montagem institucional e metodológica da pesquisa participante";*
- *o "estudo preliminar e provisório da região e população envolvidas";*
- *"análise crítica dos problemas que a população considera prioritários e que os seus membros (organizados em grupos de estudo), desejam estudar e resolver";*
- *"programação e a aplicação de um plano de ação (incluindo atividades educacionais) que contribua para a solução dos problemas encontrados"* (BRANDÃO, 1984: 53).

Considero que a PP tem contribuído muito no debate sobre o papel do pesquisador e da função social e política da pesquisa. Porém, são poucos os relatos de experiência publicados e dentre estes, são escassas as informações quanto às dificuldades e contradições enfrentadas durante o processo de pesquisa. Como diz GAJARDO:

Um grande vazio gera, além disso, muitas interrogações a respeito de seu impacto: a ausência de testemunhos e opiniões de operários, camponeses e indígenas que tenham participado deste tipo de experiência (Idem: 47).

No contexto atual de institucionalização da educação popular, surgem ainda outras interrogações: por que limitar esse tipo de pesquisa apenas aos setores "mais relegados" da sociedade? Não haveria interesse em se buscar formas alternativas de pesquisa, por exemplo, em qualquer grupo ou instituição que tivesse demanda de construção de um projeto coletivo?

Quanto ao ponto, referente à percepção dos determinantes estruturais, parece-me que não deva excluir a reflexão também da maneira como internalizamos os valores dominantes, inclusive no próprio processo da pesquisa, pois, acredito com a AI, que o Estado permeia toda a nossa vida, enquanto "inconsciente coletivo"⁸.

⁸ Termo da AI que remete à maneira como internalizamos os valores e as práticas dominantes no Estado. Para entender melhor, vide o livro organizado por Gregorio Barembliitt: *O inconsciente institucional*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Enfim, no que se refere à geração de uma ação na perspectiva de uma mudança social, podemos refletir que mesmo na pesquisa “não desejada” pelos pesquisados, a mesma pode acontecer, na medida em que o pesquisador esteja aberto a mexer com seus próprios valores instituídos, desde que não se entenda a dita “mudança”, como um ato de “conscientização” dos outros, e sim como possível resultado de um processo de auto-análise e análise coletiva das relações que mantemos no decorrer da pesquisa com nossas instituições de pertença.

Se consideramos, como Manuel Alberto ARGUMEDO que:

A pesquisa participante não é necessariamente progressista nem revolucionária, assim como outras modalidades de pesquisa não são necessariamente reacionárias (Ibid: 196).

Como avaliar até que ponto uma pesquisa foi participante? Se não são unicamente as modalidades da pesquisa que fazem com que uma pesquisa seja participante e sim também as posturas das pessoas, grupos e organizações que intervêm no processo, como se colocam em questão tais posturas? Em que medida, por exemplo, o fato de sentir-se comprometido com os interesses das classes populares leva a uma construção coletiva em pé de igualdade entre o agente externo e o grupo popular? Autores como Vera GIANOTTEN e Ton de WIT que defendem o referido conceito gramsciano reconhecem que

... os que sustentam que a educação popular deve proporcionar a passagem de uma forma “oprimida” de consciência a um reconhecimento da verdadeira consciência de classe podem ser, na prática, tão paternalistas quanto os tradicionais assistencialistas dos anos 50 e 60, levando à seguinte visão por parte do intelectual progressista:

Eu sei o que é bom para eles, como podem e devem participar da luta de classes; portanto, vou motivá-los a participar (BRANDÃO; 1984:163).

Até que ponto a conscientização envolve o próprio intelectual orgânico? Como se garante que este intelectual não se coloque num patamar superior se, como afirma Carlos BRANDÃO:

Tal desigualdade não se resolve metodologicamente, nem na relação de compromisso entre os dois lados [intelectual de “nível superior” e classe popular], nem de modo especifi-

co, no interior da pesquisa participante. Constituída por relações desiguais da estrutura social de saber e poder, tal desigualdade é constitutiva da própria ação mediadora do agente a quem, não raro, gostamos de dar o nome de intelectual orgânico a serviço das classes populares (BRANDÃO, 1984: 252).

E o que dizer das diferenciações/divergências internas ao grupo popular que podem levar a hierarquizações? Para Beatriz COSTA:

Mesmo se a classe dominante não está fisicamente presente numa prática social, os mecanismos de poder que garantem o seu domínio na sociedade estão ali (COSTA, 1982: 10).

Assim, por exemplo,

não são raros os casos em que as Diretorias de Associações de Moradores paulatinamente vão se afastando das bases que a elegeram e passam a concentrar em suas mãos todo o poder de decisão e iniciativa. Ou seja, passam a reproduzir na favela o tipo de relações de poder que reforça o sistema (COSTA, 1982: 10-11).

Mas do que contrapor a prática a um modelo ideal de pesquisa e de intelectual “orgânico”, não será mais importante e concreto, analisar, inclusive no próprio decorrer da investigação, seja esta do tipo PP ou não, os modos de relacionamentos que se estão instituindo? Estas e outras questões, me levam a querer unir as contribuições metodológicas da PP às da AI, no que diz respeito à restituição. Antes de apresentar a minha proposta, interessa apresentar como a PP se debruça sobre a restituição.

A RESTITUIÇÃO NA PP

Embora sejam poucos os relatos de restituições realizadas, vários autores mostram preocupação por esta prática, mas segundo a maneira como consideram o papel do intelectual, apresentam diferenças significativas na maneira de focar o processo participativo na socialização da pesquisa.

Para Orlando FALS BORDA, por exemplo, a restituição que ele adjetiva de “sistemática”, é uma “técnica desalienadora que forma novo conhecimento a um nível popular” (BRANDÃO, 1983: 51-52) e assenta-se em 4 regras:

1. *Comunicação diferencial. Uma primeira regra dessa técnica é restituir os materiais históricos (e outros) de forma adequada e adaptados de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base que forneceram a informação ou com quem o estudo foi realizado. (...) os estudos desenvolvidos são publicados primeiramente no que se pode chamar de "Nível 1" de comunicação. Isto, em geral, toma a forma de histórias em quadrinhos, bem ilustradas e simples. Dessa maneira, os grupos populares são os primeiros a se inteirar dos resultados da pesquisa. (...) acrescentam-se elementos como dispositivos audiovisuais, slides, gravações ou tapes, música e representações teatrais levadas por grupos locais, e curta-metragens em que os atores sejam pessoas autóctones.*

Então, em seguida, os mesmos textos são publicados em um nível mais elevado, e de um modo mais completo para os núcleos de liderança ("Nível 2"). Finalmente, os mesmos temas são abordados de uma forma descritiva e teórica mais geral, levando em conta os contextos nacional e regional, destinada aos intelectuais envolvidos ("Nível 3").

É interessante notar no enunciado dessa primeira regra de comunicação, por trás da preocupação, a meu ver, perfeitamente justificada de facilitar a comunicação, a visão de que nem todos estão capacitados a se apropriar das informações, sendo esta desigualdade reforçada de antemão pela colocação de uma necessária hierarquização (os "níveis") dos dados e dos públicos, e sendo atribuídos aos intelectuais a teorização mais aprofundada.

Quanto às demais regras, o autor coloca:

2. *Simplicidade de comunicação: A segunda regra determina que os resultados dos estudos sejam expressos numa linguagem acessível a todos.*

3. *Auto-investigação e controle. A terceira regra refere-se ao controle da investigação pelos movimentos ou grupos de base e o estímulo à auto-investigação. Nessas circunstâncias, nenhum intelectual ou pesquisador pode determinar sozinho o que deve ser investigado, mas deve chegar a uma decisão após consultar as bases ou grupos populares interessados. Levam-*

se em consideração as prioridades e necessidades dos movimentos ou lutas populares e não somente as necessidades dos pesquisadores.

Embora afirme o controle da investigação pelas bases, há uma ambivalência na formulação deste princípio, pois ao mesmo tempo não fica claro até que ponto a consulta às bases redundaria em poder de decisão para as mesmas.

Prossegue o autor:

4. *Popularização técnica. A quarta regra é reconhecer a generalidade das técnicas mais simples e torná-las acessíveis a esses grupos. Desse modo, cursos de metodologia de pesquisa corrente são ministrados aos núcleos de liderança mais avançados, de modo a capacitá-los a romper com sua dependência frente aos intelectuais e a realizar facilmente sua própria pesquisa.*

Recorrendo a conceitos gramscianos, conclui o autor sobre os ganhos obtidos com esta prática de restituição no meio camponês:

É então possível ver como, por meio da educação política, o senso comum dos camponeses gradualmente adquire maior perspicácia e adota uma voz própria. Começa a se tornar "bom senso".

Tais considerações levantam algumas interrogações: apesar de seu propósito de socialização do conhecimento, a restituição é vista aqui muito mais como um processo de educação promovido por intelectuais na direção de grupos de base considerados presos ao senso comum. Reconhece-se a necessidade de hierarquizar os grupos, segundo sua maior ou menor aproximação ao "bom senso" gramsciano. Mas, quem determina essas hierarquizações? O que nos permite declarar-nos dentro ou fora do senso comum? Por que é atribuído só à massa de camponeses - a base - o senso comum? O que garante que, por exemplo, um universitário ou uma liderança, mesmo militante, seja mais imune ao senso comum?

Nesse sentido, a perspectiva colocada por Guy LE BOTERF parece ir em outra direção. Para ele a restituição, que denomina de feedback, não tem como prioridade a divulgação dos resultados e sim o fato dos pesquisados poderem se tornar co-pesquisadores e de alguma forma, sujeitos do processo:

O feedback consiste numa atividade de “retorno” das informações colhidas no decorrer de uma pesquisa àqueles que foram pesquisados. Os resultados da pesquisa serão então colocados em discussão. As modificações alcançadas e as reações dos participantes serão introduzidas no próprio processo de pesquisa. (...) a difusão das informações não deve, no entanto, ser demasiadamente valorizada. As atividades de feedback têm suas limitações. (...) A difusão dos resultados de uma pesquisa que lhes diga respeito pode reforçar as suas capacidades de análise, de organização e de ação, mas de modo algum pode criá-los. Além disso, o feedback não se limita a uma questão de linguagem, de tradução dos resultados em termos compreensíveis e adaptados aos pesquisados (BRANDÃO, 1984: 69-70).

Para este autor, se os pesquisados não participarem ativamente do processo da pesquisa, os resultados apresentados terminam sendo

... o ponto de chegada de todo o percurso de pesquisa, que foi realizada por especialistas. Não tendo participado no processo de sua elaboração, os pesquisados não podem se apropriar dela. (...) A pesquisa participante não deve ser definida essencialmente pelo feedback, mas acima de tudo pelo fato de os próprios pesquisados se encarregarem do processo de pesquisa (Idem, p. 70).

LE BOTERF considera que, no caso em que a restituição for concebida apenas enquanto consulta, perde seu valor democrático:

... As atividades de feedback podem também ser utilizadas numa perspectiva reacionária. E este é o caso em que o que recebe a mensagem pode tão-somente reagir, dar sua opinião, sem ter o poder de modificar o próprio conteúdo da mensagem. Em uma tal situação, o “receptor” não pode de modo algum controlar o meio de comunicação, permanecendo limitado ao seu papel de “receptor”. (...) Concebida desta forma, a democracia é apenas uma palavra e uma máscara (Ibid, p. 71).

Guy LE BOTERF não esconde as possibilidades de manipulação na restituição, e chama a atenção para a necessidade de sempre colocar em discussão as relações de poder implícitas nos nossos atos de investigação:

A própria estruturação desse resultado (...) assim como a escolha da linguagem (...) são atos de poder, isto é, a imposição de um determinado código. A principal questão a ser colocada aqui ainda é a mesma: quem decide sobre este código? Quem seleciona as informações? (...) O importante é que reconhecamos a existência desse poder, que o submetamos à discussão e assim nos precavemos de acreditar que a operação de feedback é uma operação neutra (Ibid, p. 70).

Assim, percebem-se diferenças sensíveis de postura nos dois autores apresentados, quanto ao sentido e tipo de restituição a ser realizada. Enquanto o primeiro tende a reforçar na restituição a hierarquização existente entre os grupos de pesquisadores intelectuais e os pesquisados, o segundo preocupa-se em colocar a desigualdade em questão.

Outro autor, Ivandro da COSTA SALES, ao invés de enfatizar a conscientização dos grupos bases, apresenta uma postura mais dialógica, afirmando que o saber de todos os agentes envolvidos na pesquisa, sejam estes técnicos ou das classes populares, têm o mesmo valor e que os mesmos se enriquecem mutuamente:

O que podemos dizer a respeito do conhecimento desses agentes? Sabemos que todos são portadores de conhecimentos e experiências. Mas a priori aceitamos que todos se valem. (...) Só podemos dizer que são de origem diferente. (...) Reconhecemos também que, se convenientemente articulados, esses conhecimentos se enriquecerão reciprocamente. (...) (BRANDÃO, 1983:207)

Isso não nega, para ele, os conflitos e choques de visão que tais diferenças acarretam, como diz, a propósito de uma pesquisa participante realizada com técnicos do Estado e grupos populares:

Cada momento da pesquisa fez vir à tona problemas políticos, teóricos, metodológicos, técnicos e pedagógicos (Idem, p. 199).

Mas para COSTA SALES, o grande aprendizado que se dá através da restituição é justamente o confronto de opinião, onde o saber popular não sai necessariamente desqualificado:

As equipes em suas práticas tentavam realizar esse confronto. (...) Outro grande mérito do trabalho: o saber da população não foi desqua-

lificado, fato tão comum nas pesquisas tradicionais. Deu-se de fato a palavra à população. (...) Não é praxe de nossa sociedade aceitar que o saber e expressão populares são de origem diferente, mas de nenhum modo inferiores aos tipos de saber e expressão (Ibid, p. 207).

Nesse sentido, enfatiza o autor, a restituição, que ele chama de “confronto”, é de certa maneira mais importante que os achados finais da pesquisa, contrariamente ao que se costuma considerar, uma vez que os objetivos da pesquisa participante só se revelam nos meios procurados para realizá-los:

... o confronto e o retorno são questões fundamentais e devem ser muito bem programados já na concepção da pesquisa. O confronto dos saberes já é um retorno do conhecimento para os agentes de sua produção. Por sua vez o modo de fazer circular o conhecimento realiza o retorno para outros interesses fora do processo de produção do conhecimento. O confronto e a circulação do saber constituem a sua socialização. Os objetivos já estão assim assegurados ao nível dos meios. Além disso, a valorização do processo ou a tentativa de viver os objetivos já ao nível do processo contesta seriamente a prática capitalista de privilegiar só o produto, fazendo esquecer que este é apenas o resultado de um conjunto de relações. Assim a postura de confronto resgatando a verdade do processo de produção de conhecimento desmascara a prática e ideologias que tentam fazer passar o conhecimento como algo não produzido e mágico a ser transmitido dos mais sábios aos mais ignorantes. Tem também a qualidade de não desqualificar o saber popular, encontrando seu justo lugar no processo de conhecer (Ibid, p. 210)

Por fim, COSTA SALES reconhece que uma das maiores dificuldades de implementação da pesquisa participante e desse tipo de restituição reside na nossa falta de humildade enquanto intelectuais/pesquisadores/técnicos de classe média perante o conhecimento popular:

Termino ousando dizer que se aceitarmos de modo verdadeiro que nosso conhecimento não é superior ao conhecimento popular, não teremos tanta dificuldade nem tanto prurido em realizar o confronto. Nossas dificuldades atuais decorrem em grande parte de termos

interiorizado a superioridade de nosso conhecimento sobre o saber popular (Ibid, p. 211)

Diante da análise feita aqui, embora não se possa apresentar um número representativo de autores, percebe-se que não existe uma única maneira de se considerar a restituição na pesquisa participante, segundo a centralidade atribuída aos intelectuais – mesmo que “populares” – no processo. Há, em decorrência, divergências quanto ao tipo de restituição que se pretende, dependendo da ênfase colocada na divulgação de resultados ou pelo contrário, na discussão acerca dos próprios processos que se dão na pesquisa.

Simpatizando com esta segunda tendência, e com referência à já relatada experiência de pesquisa, a AI e às leituras supracitadas, elaborei um pequeno roteiro dos questionamentos que poderiam ser refletidos numa restituição que se proponha, não somente a discutir os resultados parciais ou finais, e sim também as condições de realização da pesquisa.

PERGUNTAS QUE PODEM AJUDAR NA RESTITUIÇÃO DO PROCESSO DE UMA PESQUISA PARTICIPANTE

Tento expressar, mediante formulação de perguntas, como eu vejo que podem ser aproveitadas as contribuições das idéias da corrente de PP, dentro de uma abordagem fundamentada na AI. O que me permite pensar essas perguntas são minhas próprias experiências de pesquisa e intervenção (assessorias, projeto de extensão), bem como a minha compreensão - sempre em construção - da AI. Nesse sentido, acredito termos que encarar a nossa tentativa de romper com o tradicional pesquisador explorador - fiscalizador, como tarefa exigente, pois implica em despir-nos de todas as formas de iluminismo.

Michel FOUCAULT endereça uma crítica aos intelectuais que, movidos por tal atitude, se consideram indispensáveis às massas:

o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da

censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse poder, a idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema (FOUCAULT, 1996: 71)

Daí, concordo com René LOURAU quando diz que talvez seja preferível procurar

... produzir um novo topo de intelectual; não mais o orgânico (ou de partido) de Gramsci, nem o engajado de Sartre (que, muitas vezes, parece esquecer de analisar as implicações de seu "engajamento", mas o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises. (LOURAU, 1993: 85)

Reconhecendo o nosso *não saber*⁹ como inevitável, pela nossa incapacidade de abrangermos a totalidade das múltiplas transversalidades¹⁰ das instituições que permeiam o nosso que-fazer, proponho, ao invés de um receituário do pesquisador participante ideal e, portanto, inexistente, algumas interrogações que possam permitir clarear o que está em jogo na pesquisa.

Há na formulação dessas perguntas, dois fios condutores, sendo o primeiro a reflexão acerca do que origina a pesquisa, notadamente, a encomenda - se houve pedido oficial de alguma instituição - e/ou as demandas. A AI chama a atenção para o fato de que

os responsáveis, as pessoas que têm autoridade para requerer uma intervenção que, enfim, passam a encomenda, também têm demandas individuais. Portanto existe uma grande diversidade e muitas contradições entre todas as demandas possíveis da população envolvida (LOURAU, 1993:31)

Há de se salientar que mesmo quando não há encomenda da pesquisa, existe confronto de demandas,

ligadas às motivações, não necessariamente declaradas ou conscientes, dos diversos grupos, instituições e indivíduos envolvidos.

Outro fio condutor da reflexão é o das relações de poder. Escamotear, no decorrer do processo de uma pesquisa, seja esta participante ou não, a análise das interferências das mesmas na investigação, leva a meu ver, a uma mistificação.

A partir de tudo o que já expus, proponho então o seguinte roteiro, a título, é claro, de apoio na reflexão, e não de modelo técnico:

Na fase anterior à própria pesquisa:

- De quem partiu a idéia da pesquisa?
- Como e por quem foi elaborada a proposta inicial da pesquisa?
- Quais os pressupostos político-filosóficos que fundamentam o projeto?
- Como se deu o processo de seleção das pessoas que iniciaram os contatos para a efetivação da primeira fase da pesquisa?
- Qual a relação entre os pesquisadores e a população-alvo antes da própria pesquisa?
- Qual o papel do(s) intelectual(is) e/ou das lideranças no ponto de partida da PP?
- Qual a eventual interferência de outros grupos/instituições na proposta inicial da pesquisa?
- Qual o papel dos outros grupos/pessoas envolvidos na fase inicial da proposta?

Na fase de diagnóstico:

- Como se deu a aproximação com a população-alvo? Quais as reações da população à idéia e efetivação da pesquisa?
- Qual a formação prévia dos pesquisadores, populares e/ou intelectuais, no sentido de sua qualificação, trajetória de formação e de vida e como isso interfere no processo da pesquisa?
- Houve formação de pesquisadores populares? Como se deu essa formação? Quem ficou encarregada da formação e por quê? Qual foi o papel do intelectual nesse processo?
- Qual a repartição de tarefas no grupo de pesquisadores?
- Qual a relação de poder no grupo de pesquisadores? Como são tomadas as decisões no seu interior?

⁹ Com efeito, para a AI, a partir da descoberta do inconsciente pela psicanálise, há de se convir que encontramos-nos no não saber, como diz René Lourau: "Que sei eu sobre o que comanda a minha ação, sobre o que obedece, sobre meu desejo, minhas atrações e repulsões em matéria de política como em matéria de 'gostos e cores'? (...) O não-saber a respeito do desejo e o não-saber a respeito do que funda a sociedade têm talvez uma origem comum." (*A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 16)

¹⁰ Inspirados em Félix Guattari, os expoentes da AI referem-se com esse conceito à multiplicidade de pertencas, referências e interferências que unem os membros de um coletivo ao conjunto do sistema social.

· Quais as relações de poder entre grupo de pesquisadores e população-alvo? Como o papel assumido de pesquisador interfere nessa relação?

· Quais os outros grupos/instituições envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa de diagnóstico? Como incidem nesta pesquisa?

· Como a conjuntura político-econômica atual interfere no processo da pesquisa?

· Quais as formas de participação de todos os atores envolvidos?

· Existe um registro, não somente dos achados da pesquisa e sim também do processo que levou a tais resultados?

· Houve devolução nas diversas etapas da pesquisa? Sob quais formas e com quais resultados?

· Até que ponto tais devoluções influenciaram o curso da pesquisa e /ou afetaram seus resultados?

No que concerne à ação:

· Como foi determinada a ação a ser desenvolvida?

· Como se deu o processo de planejamento e implementação da ação? Como foi a repartição de tarefas no grupo de pesquisadores? Qual foi, nessa fase, a atuação do(s) intelectual(is)? Qual a incidência dos outros grupos/instituições envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa?

· Quais as formas de devolução nessa fase?

· Qual a avaliação dos diferentes atores envolvidos com relação aos resultados finais da pesquisa?

Tais perguntas podem, no meu entender, também embasar a reflexão do pesquisador cujo projeto não reflete diretamente as demandas/encomendas de determinado grupo/instituição.

Afinal, analisar as condições objetivas e subjetivas de realização da pesquisa não deveria interessar apenas à corrente de PP, e sim a todos nós que dizemos acreditar na não neutralidade da ciência e estamos dispostos a assumir concretamente na nossa prática, as conseqüências políticas deste pressuposto.

PALAVRAS FINAIS

Tanto a Análise Institucional como a PP interessam-se, não somente pelos resultados da pesquisa, mas também pela forma como a mesma é conduzida. Ambas consideram importante a socialização da pesquisa em todo o decorrer do processo, mediante análises coletivas que envolvam todas as partes concernidas pela investigação. Nesse senti-

do, as duas correntes vêm como imprescindível, a restituição.

No entanto, segundo a concepção que se tenha do papel dos intelectuais - sejam estes universitários ou não¹¹, pode haver divergências no que diz respeito ao tipo de restituição a que se propõe, e sobretudo, à relação, mais ou menos hierarquizada, que se instala entre os diferentes grupos envolvidos.

Para AI, o postulado de que todos nos encontramos no não saber com relação ao conjunto de transversalidades que perpassam nosso que-fazer, não autoriza o intelectual a se achar conscientizador dos outros; afinal nada garante que ele tenha maior capacidade de enxergar a complexidade da teia que o envolve. Ao invés de procurar produzir verdades, interessa à AI, a análise das contradições que permeiam as nossas intervenções e a interferência destas contradições nos resultados e encaminhamentos das nossas atividades.

Apesar dessa importante diferença, considero bastante relevante aproveitar as contribuições da PP com relação à crítica à pesquisa tradicional, até porque vários de seus expoentes também rejeitam a hierarquização dos saberes e se posicionam contra o mito do intelectual capacitador dos não conscientizados, admitindo uma relação de mais igual para igual com os grupos populares. Assim, as contribuições da PP, junto com a prática de restituição proposta pela AI, tornam possível a formulação de questionamentos que podem vir a ajudar na análise do processo de pesquisa, inclusive do próprio lugar ocupado pelos pesquisadores intelectuais. Para além de sua intencionalidade informativa, a restituição pode então tornar-se um instrumento de reflexão mais participativo onde o papel e o saber dos intelectuais são desmistificados, pois passando pelo mesmo crivo analítico que os demais segmentos envolvidos na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAREMBLITT, Gregório. *O inconsciente institucional*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRANDÃO, Carlos (org). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, 1984.

¹¹ No sentido muitas vezes usado nos referidos textos sobre PP, o intelectual orgânico, por exemplo, pode ser uma liderança comunitária, alguém que se "destaca" das massas pelo seu grau de consciência política e de classe.

- COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. In: *Cadernos de Educação Popular 1*, 3. ed, Petrópolis: Vozes/Nova, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 12. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LOURAU, René. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- PETIT, Sandra. La constitution d'un groupe de recherche dans une université au NE du Brésil. In: *Revue Pratiques de Formation - Analyses*, n. 34, dezembro de 1997, p. 135-143.
- _____. Educação popular, Análise Institucional e Pesquisa em Grupo: efeitos formadores de uma tentativa de articulação na prática vivenciada. Trabalho apresentado no XIII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, Natal, 1977.
- TIRIBA, Léa. *Buscando caminhos para a pré-escola popular*. São Paulo: Ática, 1992.